



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E
CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

KARMICHAEL VIANA DOS SANTOS

ESTRATÉGIAS DE DESFAZIMENTO DE BENS MÓVEIS: UM ESTUDO DE CASO
NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

FORTALEZA

2018

KARMICHAEL VIANA DOS SANTOS

**ESTRATÉGIAS DE DESFAZIMENTO DE BENS MÓVEIS: UM ESTUDO DE CASO
NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**

Monografia apresentada ao Curso de Administração, da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Diego de Queiroz Machado.

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S235e Santos, Karmichael Viana dos.
ESTRATÉGIAS DE DESFAZIMENTO DE BENS MÓVEIS: UM ESTUDO DE CASO NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ / Karmichael Viana dos Santos. – 2018.
54 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia,
Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Administração, Fortaleza, 2018.
Orientação: Prof. Dr. Diego de Queiroz Machado.

1. Gestão patrimonial. 2. Bens móveis. 3. Sustentabilidade. I. Título.

CDD 658

KARMICHAEL VIANA DOS SANTOS

**ESTRATÉGIAS DE DESFAZIMENTO DE BENS MÓVEIS: UM ESTUDO DE CASO
NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**

Monografia apresentada ao Curso de Administração, da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Diego de Queiroz Machado (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Jocildo Figueiredo Correia Neto
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Cláudio Bezerra Leopoldino
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A Deus.

Aos meus pais, Revelino Faustino e Francisca Viana, que dignamente me apresentam a importância da família e o caminho da honestidade e persistência.

AGRADECIMENTOS

Dedico primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, e agradeço a ele por dar forças para prosseguir esta caminhada durante todos os dias.

Ao meu pai, Revelino Faustino dos Santos, por todo apoio e carinho a mim dedicado, assim como os valores repassados, o senhor me ajudou muito a formar meu caráter como ser humano e como homem. À minha mãe, Francisca Viana Faustino dos Santos, por todo carinho, paciência e confiança a mim dedicado durante toda a minha vida, e por sempre está ao meu lado nos momentos de dificuldades e de alegria.

Ao meu Avô Francisco Viana de Moraes (in memorian), por ter se feito presentes em todos os momentos da minha vida com ensinamento e valores que jamais vou esquecer, por ter sempre confiado em mim e possibilitando que uma formatura fosse possível, por todo amor dedicado a mim ao qual me falta palavras para descreve-lo.

A minha Avó, Maria Hermínia de Moraes, por todo o investimento, e o imenso amor a mim dedicado durante toda minha vida, pelo cuidado com quem sempre me tratou estando presente em todos os momentos da minha vida, tanto de tristeza quanto de alegria.

Aos meus tios, Gincley, Gisley, Gincleia e Socorro que sempre me forneceram carinho, amor, atenção e o apoio necessário para a minha formação pessoal.

As pessoas que fazem parte da minha família, e me ajudaram e contribuíram de alguma forma como, Delânio, Gabriela Feitosa, Airlis Gomes.

Aos meus inúmeros amigos, porque foram eles que me incentivaram e mim inspiraram através de gestos e palavras a superar todas as dificuldades, cito alguns dentre eles Geovane Sousa, Cristiane Rodrigues, Cleuma Maria, Neto Rodrigues, Jeane Lemos, Ednei Vinícius, Lally Lotif dentre vários outros. A querida Tatiane Rodrigues, que fez parte desta trajetória influenciando diretamente para que esta fase seja concluída.

Aos meus colegas, pelo incentivo e pelo apoio constante.

Aos Prof. Dr. Diego de Queiroz Machado, pela excelente orientação e pela paciência a mim deferida na orientação deste trabalho. Aos professores participantes da banca examinadora Jocildo Figueiredo Correia Neto e Cláudio Bezerra Leopoldino pelo tempo, pelas valiosas colaborações e sugestões.

Ao diretor entrevistado, Antônio Fernandes Rodrigues Neto pelo tempo concedido na entrevista e disponibilidade de esclarecer dúvidas com relação ao processo.

Muita gente me ajudou chegar aqui, foi aos trancos e barrancos que eu consegui minha família, meus amigos, minha fé a vocês devo tudo.

“Não importa o que aconteça, continue a nadar.”

(Graham Walters)

RESUMO

Esta monografia aborda as estratégias de desfazimento na Universidade Federal do Ceará. O objetivo geral é analisar as estratégias de desfazimento de bens móveis, utilizada pela Universidade Federal do Ceará. Como objetivos específicos temos de apresentar o processo de desfazimento de bens móveis, identificar os pontos fortes e fracos do processo de desfazimento de bens móveis, e sugerir melhorias para os pontos fracos do processo de desfazimento de bens móveis. A abordagem é qualitativa e os procedimentos abordados são: entrevista, análise documental, revisão bibliográfica. A pesquisa quanto aos fins, é uma pesquisa exploratória, pois visa proporcionar a exposição das principais características e aspectos sobre a logística reversa, e o processo de desfazimento dos bens. Quanto aos meios a pesquisa é um estudo de campo. Discute-se sobre qual estratégia é utilizada no desfazimento de bens móveis. A entrevista foi realizada com o diretor da divisão de patrimônio (UFC). Necessidade, a análise destas estratégias é correta para o momento em que se encontra a instituição, que não possui uma política de recuperação destes bens para serem reutilizados. Observou-se que qualquer que seja a política de desfazimento adotada, o prazo é bem longo, principalmente em decorrência da burocracia exigida nestes processos, levando assim os galpões a estarem rapidamente lotados. Conclui-se que, a ação de recuperação de bens móveis ajudaria as instituições tanto nos custos, quanto com relação a sustentabilidade.

Palavras-chave: Gestão Patrimonial. Bens móveis. Sustentabilidade.

ABSTRACT

This monograph deals with the breakdown strategies at the Federal University of Ceará. The general objective is to analyze the strategies for the disposal of goods movable, used by the Federal University of Ceará. As specific objectives, we must present the process of disposal goods, identify the strengths and weaknesses of the process of disposal of goods, and suggest improvements to the weaknesses of the movable disposal goods process. The approach is qualitative and the procedures covered are: interview, documentary analysis, bibliographic review. The research on the purposes, is an exploratory research, as it aims to provide the exposition of the main characteristics and aspects about the reverse logistics, and the process of disposal of goods. As for the means the research is a field study. It discusses what strategy is used in the disposal of movable property. The interview was conducted with the director of the equity division (UFC). Need, the analysis of these strategies is correct for the moment in which the institution is located, which does not have a policy of recovering these assets to be reused. It was observed that whatever the policy of decomposition adopted, the deadline is very long, mainly due to the bureaucracy required in these processes, thus causing the sheds to be quickly crowded. It was concluded that action of recovery of movable assets would help institutions both in costs and in relation to sustainability.

Keywords: Patrimonial management. Movable property. Sustainability.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Representação dos processos logísticos direto e reverso	16
Figura 2 – Atividades do processo de Logística Reversa	17
Figura 3 – Mapa do Processo de Leilão.....	28
Figura 4 – Catálogo de Processo	29

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Ganhos estratégicos das empresas operarem canais reversos	19
Quadro 2 – Sequência do processo de Leilão.....	33
Quadro 3 – Execução do Processo de Leilão	35
Quadro 4 – Processo de desfazimento por Doação	37

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CLN	<i>Council of Logistics Management</i>
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CWUR	<i>Center for World University Rankings</i>
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
NBR	Norma Brasileira Regulamentar
ONG	Organização não Governamental
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
RUF	Ranking Universitário Folha
SEMACE	Secretaria do Meio Ambiente
SIPAC	Sistema Integrado de patrimônio, administração e contratos
SISU	Sistema de Seleção Unificada
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFRS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 LOGÍSTICA REVERSA	14
2.1 Etapas do Processo de Logística Reversa.....	16
2.2 Legislação em Logística Reversa	19
2.3 A Logística Reversa de Bens Patrimoniais	21
3 METODOLOGIA.....	24
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	26
4.1 Sobre a Universidade Federal do Ceará (UFC)	26
4.2 Divisão de Patrimônio e Processo de Desfazimento	27
4.2.1 Recebimento de Bens Permanentes	30
4.2.2 Transferências de bens permanentes	30
4.2.3 Controle de Bens Permanentes	31
4.2.4 Desfazimento de bens permanentes.....	32
4.3 Discussão e Análise dos Resultados	39
5 CONCLUSÃO.....	43
REFERÊNCIAS	45
APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	50
APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA	51
ANEXO A – GUIA DE TRÂNSITO DE MATERIAIS	52
ANEXO B – SOLICITAÇÃO DE RECOLHIMENTO	53
ANEXO C – TERMO DE ATESTO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO	54

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho versa sobre as estratégias utilizadas pela Universidade Federal do Ceará (UFC) sobre o desfazimento de seus bens móveis. O fato se torna relevante, tendo em vista o aumento anual de alunos e em contradição o orçamento recebido pela instituição estar diminuindo, como referência disto o orçamento no ano de 2013 foi de R\$ 231.998,602 e no de 2017 caiu para R\$ 170.060,810 valores em milhões fornecidos pelo Ministério da Educação.

A quantidade de Resíduos Sólidos especiais tem aumentado gradativamente, isto por conta do orçamento alto em anos anteriores gerando a necessidade desses materiais serem descartados ou usados para outra finalidade, este processo deve ser feito corretamente para que não prejudique o meio ambiente possa trazer benefícios a instituição.

A Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) começou a ser aplicada na Universidade Federal do Ceará, a partir da aprovação de um plano chamado Plano Desenvolvimento Institucional (PDI) - (2013 - 2017), este plano foi um dos fatores geradores para que fosse criada uma unidade administrativa de gestão ambiental na instituição, que tomaram como base a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) que foi fundada pela Lei de Nº 12.305, de 2010, Decreto Regulamentador nº 7.404/2010, e por último na política Nacional do Meio Ambiente (PNMA).

No contexto citado acima, tem algumas teses que ressaltam sobre a relevância do tema. Com efeito, Ponte (2017) versa sobre a importância de se preocupar com os meios pelos quais estão sendo descartados os materiais. Lourenço (2012), em sua tese, destaca a percepção de procuradores do município de Campina Grande-PB, quanto a logística reversa e em relação ao impacto causado, os resultados deste estudo ainda destaca que a logística reversa é uma área de baixa prioridade do setor público.

Acerca da conscientização sobre as questões ambientais, atualmente a legislação governamental que trata desta área de desfazimento de bens móveis, possibilita que possam ser tomadas algumas decisões quanto a esses resíduos sólidos como leiloar, ou até mesmo realizar uma doação a instituições públicas antes de descartá-los. Ressalta-se ainda que segundo o Manual de Gestão Patrimonial (2016), a Universidade Federal Ceará não possui nenhuma forma de tentar reutilizar esses materiais, no qual poderia ser bem viável tanto economicamente quanto em relação ao meio ambiente, isto deve representar uma preocupação perante a sociedade.

Neste contexto, apresenta-se a seguinte questão de pesquisa: Como aprimorar as estratégias de desfazimento de bens móveis utilizadas pela Universidade Federal do Ceará? O trabalho tem por objetivo geral, portanto, analisar as estratégias de desfazimento de bens móveis

utilizadas pela Universidade Federal do Ceará. Como objetivos específicos, seguem:

- a) Apresentar o processo de desfazimento de bens móveis, na Universidade Federal do Ceará;
- b) Identificar os pontos fortes e fracos do processo de desfazimento de bens móveis, na Universidade Federal do Ceará;
- c) Sugerir melhorias para os pontos fracos do processo de desfazimento de bens móveis, na Universidade Federal do Ceará.

Espera-se que esta pesquisa possa contribuir ao destacar importância de se aplicar a destinação correta para esses bens, e a reutilização de tudo o que for possível desses resíduos sólidos, beneficiando o meio ambiente e a própria Universidade através de recursos.

A pesquisa é de cunho qualitativo, com método de estudo de caso, sendo o caso escolhido a Universidade Federal do Ceará e, mais especificamente o setor de divisão de patrimônio.

O trabalho é dividido em cinco seções, na primeira seção foi apresentado uma contextualização sobre o tema abordado, destacando a relevância do tema na área pesquisada, e ainda na introdução foram apresentados os objetivos específicos e gerais.

Na segunda seção, são abordados conceitos e histórico do tema, destacando a evolução, definindo o que é logística reversa, como foi criada e o que ela busca como objetivo final, e como são o fluxo reversos.

A terceira seção versa sobre a metodologia da pesquisa que possui uma abordagem qualitativa, realizada no âmbito da divisão de patrimônio da Universidade Federal do Ceará.

A quarta seção se refere ao estudo sobre a logística reversa na instituição, procurando explicar sobre o retorno econômico e que canais podem agregar aos bens.

Na quinta seção é apresentada a conclusão com as considerações finais.

2 LOGÍSTICA REVERSA

Existem muitas definições sobre a logística reversa, e muitas delas são extensões do conceito original do Council of Logistics Management - CLM (1993, p. 323), que a define como “um termo relacionado às atividades envolvidas no gerenciamento da movimentação e disposição de embalagens e resíduos”.

Rogers e Tibben-Lembke (1999, p. 2) a definem como:

Processo de planejamento, implementação e controle eficiente do fluxo e custo efetivo de matérias-primas, estoques em processo, produtos acabados e as informações correspondentes do ponto de consumo para o ponto de origem com o propósito de recapturar o valor ou destinar à apropriada disposição.

Na fase inicial do processo onde começa a logística reversa, as atividades de logística reversa passaram a ser utilizadas com maior intensidade no Estados Unidos e Europa, países onde os conceitos e ferramentas clássicas de logística já eram mais disseminados (BARRAT, 2004; FLEYRY, 1999; FERREIRA *et al.*, 2010).

Na visão de Novaes (2007), a logística reversa cuida dos fluxos de materiais que se iniciam ainda nos pontos de consumo dos produtos e terminam nos pontos de origem, com o objetivo de recapturar valor ou de disposição final. Isto quer dizer que, este processo de logística reversa, envolve a movimentação de produtos através de canais reversos de distribuição, com o propósito de atender os requisitos dos clientes e/ou para retorno ao ciclo de negócios, ou para disposição final adequada para estes bens.

Os canais de distribuição de pós-consumo, são formados pelo fluxo reverso de produtos e materiais na qual encerrada a sua utilidade original, regressam ao ciclo produtivo de alguma maneira, diferencia-se três subsistemas reversos: os canais reversos de reuso, de remanufatura e de reciclagem (LEITE, 2009).

De acordo com Lacerda (2002 *apud* GARCIA, 2006, p.4):

Logística reversa pode ser entendida como um processo complementar à logística tradicional, pois enquanto a última tem o papel de levar produtos de sua origem dos fornecedores até os clientes intermediários ou finais, a logística reversa deve completar o ciclo, trazendo de volta os produtos já utilizados dos diferentes pontos de consumo a sua origem. No processo da logística reversa, os produtos passam por uma etapa de reciclagem e voltam novamente à cadeia até ser finalmente descartado, percorrendo o “ciclo de vida do produto”.

A logística reversa se caracteriza pela responsabilidade do fabricante se encerrar somente após destinação correta do seu produto, o que a diferencia da logística tradicional, na

qual essa responsabilidade termina antes, no momento em que os bens comercializados chegam ao consumidor final (BARTHOLOMEU; CAIXETA FILHO, 2011).

As definições de vários autores se assemelham, e sempre chegam ao mesmo raciocínio, que consiste em que a logística reversa engloba todos os processos de retorno e revalorização dos produtos e constituintes. Um exemplo disso é a definição de Leite (2009, p. 17):

A logística reversa como a área de logística empresarial que planeja, opera e controla o fluxo e as informações logísticas correspondentes, do retorno dos bens de pós-venda e de pós-consumo ao ciclo de negócios ou ao ciclo produtivo, por meio dos canais de distribuição reversos, agregando-lhes valores de diversas natureza: econômico, de prestação de serviços, ecológico, legal, logístico, de imagem corporativa, dentre outros.

O conceito de logística reversa sofreu várias mudanças no decorrer do tempo devido às novas necessidades, ganhou um grau de importância notável perante a sociedade, e conseqüentemente para as empresas que visam obter uma boa imagem. Segundo Rodrigues *et al.* (2002), na década de 1980, a logística reversa era tida como o movimento de bens do consumidor para o produtor por meio de um canal de distribuição. Já na década de 1990, Stock e Lambert (1992, p. 73) propuseram uma nova abrangência em sua definição: “em uma perspectiva de logística de negócios, o termo refere-se ao papel da logística no retorno de produtos, redução na fonte, reciclagem, substituição de materiais, reuso de materiais, disposição de resíduos, reforma, reparação e remanufatura”.

Para Daher (2004), a logística reversa em seu sentido amplo diz respeito a todas as operações relacionadas com a reutilização de produtos e materiais. Isto se refere a todas atividades logísticas de coletar, desmontar, e processar produtos e/ou materiais e peças usadas, a fim de assegurar uma recuperação sustentável, antes do descarte dos componentes inutilizáveis no meio ambiente.

Segundo Leite (2009), a logística reversa é uma das quatro áreas operacionais da logística empresarial, que fica responsável pelo retorno dos produtos de pós-venda e pós-consumo e suas destinações. Para Tadeu *et al.* (2013), os avanços tecnológicos possibilitaram lançamentos de novos produtos no mercado de forma ágil, o que gera um descarte de produtos ultrapassados em uma quantidade e velocidade muito maior, criando assim grandes volumes de resíduos. Com isso, a logística reversa vem ganhando importância econômica, legal, ambiental e de competitividade dentro das empresas e instituições.

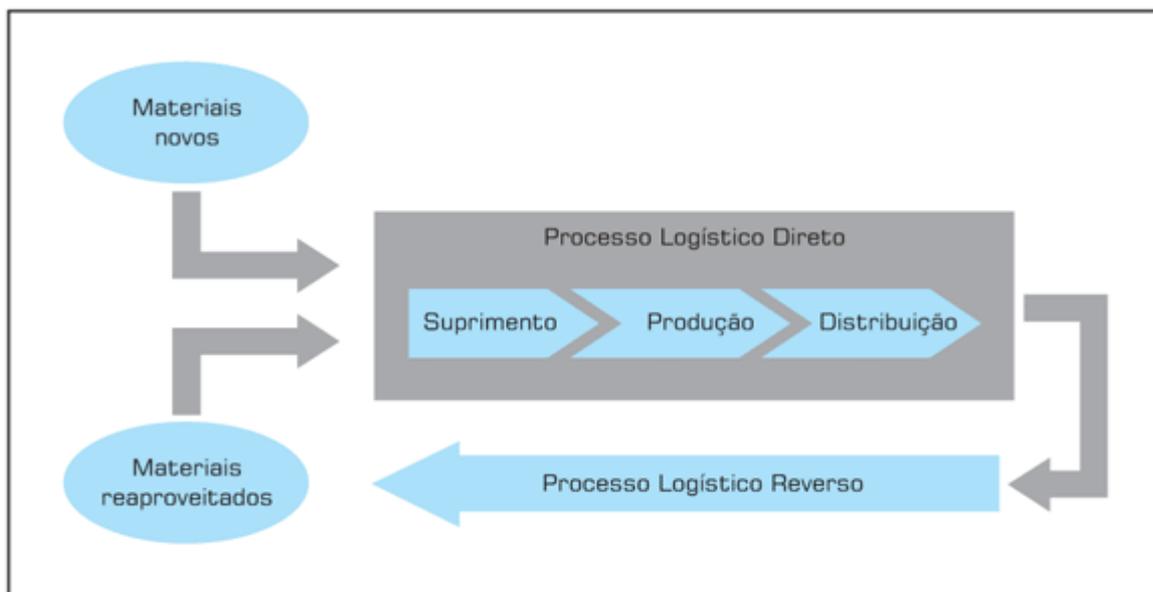
Assim, entende-se que a logística reversa tem um papel fundamental também no âmbito do setor público, com os bens inservíveis que podem ser reutilizados ou reciclados, quer seja no próprio setor quer seja na sociedade em que estão inseridos.

2.1 Etapas do Processo de Logística Reversa

No presente momento, a redução de tempo no ciclo de vida dos produtos é notável. Logo, a atuação da logística reversa é focada na reintrodução dos produtos ou materiais à cadeia de valor, por sua reinserção no ciclo de produção ou de negócios. O ciclo de vida dos produtos industriais a cada dia se reduz, isto forçar as empresas a entrarem no mercado com os seus novos produtos o mais rápido possível (GRIFFIN; 2002; NUNES, 2004; SILVA, 2009).

O processo de logística tradicional, envolve desde a etapa onde se inicia a extração da matéria-prima até a etapa de entrega do produto ao consumidor. Porém, conforme Santos, Botinha e Leal (2010), é possível prolongar os estudos além deste ponto e analisar o fluxo inverso ao da cadeia tradicional, ou seja, o produto partindo do consumidor final até sua reutilização, evitando assim o descarte incorreto no meio ambiente. Tanto esse processo direto como o reverso podem ser visto na Figura 1, que segue.

Figura 1 – Representação dos processos logísticos direto e reverso



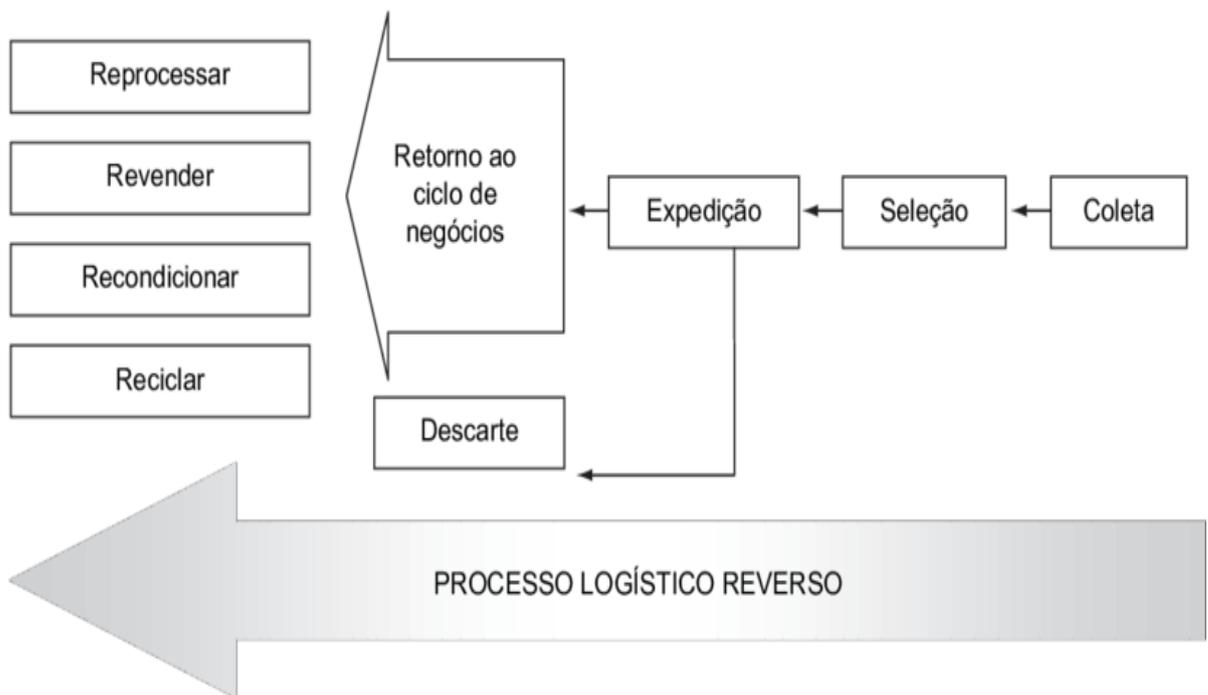
Fonte: Lacerda (2002, p. 2).

Este processo de logística reversa gera materiais reaproveitados, que retornam ao processo tradicional de suprimento, produção e distribuição. O processo em questão geralmente

é composto por um conjunto de atividades que uma empresa realiza para coletar, separar, embalar e expedir itens usados, danificados ou obsoletos dos pontos de consumo até os locais de reprocessamento, revenda ou de descarte (LACERDA, 2002).

Estes materiais podem voltar ao fornecedor quando existir um acordo pré-estabelecido. Em caso de não haver nenhum acordo podem ser revendidos em condições adequadas de comercialização e, nos casos de uma instituição pública, poderá ser doado para outros órgãos ou realizado um leilão para a venda desses materiais, essas opções estão de acordo com o decreto de número 9.373 de maio de 2018. Outra opção é a recuperação desse bem, para ser reutilizado na própria instituição, só considerando o descarte em último caso. A Figura 2 apresenta as principais atividades deste processo.

Figura 2 – Atividades do processo de Logística Reversa.



Fonte: Lacerda (2002, p. 3).

Podemos perceber que os materiais podem retornar ao seu fornecedor, como também podem ter outras opções como serem revendidos, recondicionados, reciclados, ou em último caso, serem descartados. A figura 2 segundo as quais descreve todo o processo de logística reversa, incluindo as opções finais onde a empresa ou instituição pode escolher a melhor forma de se desfazer dos bens.

Ao abordar a coleta seletiva, que é parte inicial do processo, Manual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (2001), entende que essa coleta seletiva é um

processo contínuo que é ampliado gradativamente. Segundo Rogers e Tibben Lembke (1999), as atividades de logística reversa consistem basicamente em coleta de materiais usados, danificados ou rejeitados, produtos fora da validade.

A política segundo a qual se concentra fornecedores é um fator extremamente relevante, pois ao se trabalhar com poucos fornecedores para atender a demanda necessária da empresa, isto ajuda a agregar valor ao processo, agilizando atividades e facilitando o controle, esta seleção de fornecedores e matéria-prima é proposta por Leite (2009) e Lo e Minh (2010).

O processo de expedição é a atividade de armazém que se realiza depois de a mercadoria ser devidamente embalada, Giustina et al. (2013 apud MARQUES et al., 2009), inclui as seguintes tarefas:

- a) Verificar se aquilo que o cliente pediu está pronto para ser expedido;
- b) Preparar os documentos da remessa (informação relativa aos artigos embalados, local para onde vão ser enviados);
- c) Pesagem, para determinar os custos de envio da mercadoria;
- d) Juntar as encomendas por operador logístico;
- e) Carregar os caminhões (tarefa muitas vezes realizada pelo transportador).

Ao abordamos logística reversa, para o fim de descarte ou de reciclagem, está presente no último estágio o declínio. De acordo com Ballou (2006, p. 76), “o profissional em logística precisa estar constantemente a par do estágio do ciclo de vida dos produtos, a fim de poder adaptar os padrões da distribuição a cada estágio em busca da eficiência máxima”.

O retorno ao ciclo de negócios é caracterizado com o retorno dos bens pós-venda e de pós consumo ao ciclo produtivo conforme Leite (2005), agregando assim valores de diversas naturezas.

Com relação ao condicionamento, reciclagem, revenda, Lacerda (2009, p. 2) afirma que:

os produtos podem ser revendidos se ainda estiverem em condições adequadas de comercialização, recondiçionadas desde que haja justificativa econômica e recicladas se não houver possibilidade de recuperação gerando materiais que retornam ao sistema produtivo, ou em último caso, descarte.

Conforme Leite (2009), foi realizada uma pesquisa nos Estados Unidos com diversas empresas, e foi constatado que muitas delas estão usando fluxo logístico reverso, como uma forma de ganho de aumento da competitividade (Quadro 1).

Quadro 1: Ganhos estratégicos das empresas operarem canais reversos.

Motivo estratégico	Porcentagem de empresas respondentes
Aumento da produtividade	65,2%
Limpeza de canal - estoques	33,4%
Respeito a legislações	28,9%
Revalorização econômica	27,5%
Recuperação de ativos	26,5%

Fonte: Rogers e Tibben-Lembke (1999, apud LEITE, 2009, p. 25)

A logística reversa pode ser feita em qualquer empresa, na prática dos ciclos reversos a empresa deve estudar o processo de destinação, a empresa deve estabelecer canais de comunicação entre empresa e usuários, onde a informação atingirá todos os níveis da sociedade (VIEIRA; SOARES; SOARES, 2009).

2.2 Legislação em Logística Reversa

O governo federal através da presidência da República, após passar por quase duas décadas como projeto de lei, aprovou a Lei Federal nº 12.305 (BRASIL, 2010) que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

O decreto Federal nº 7.404/2010, regulamenta a Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a PNRS e criou um comitê Interministerial da Política Nacional dos Resíduos Sólidos, responsável por orientar a implantação dos Sistemas de Logística Reversa (BRASIL, 2010). O decreto em questão decide como se dará a implementação das exigências da PNRS, e as sanções para quem não as cumprir. O decreto cita que fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores, serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, são responsáveis pela logística reversa do produto, que poderá ser implantada por decreto.

Com relação a políticas públicas na área de resíduos sólido, no qual especifica à coleta seletiva, destaca-se o decreto nº 5.940/06, pela formalização de políticas públicas, este decreto institui a coleta seletiva solidária nos órgãos público federais, o que ocasiona na separação dos resíduos produzidos pela administração pública federal direta e indireta. O decreto determina a criação de comissão para organizar e conduzir o procedimento de coleta e doação (BRASIL, 2006).

No gerenciamento dos resíduos sólidos, deverá ser observada a seguinte ordem de prioridade de acordo a lei 12.305/2010 Art. 9º, no qual podemos denominar hierarquia de resíduos: não geração, redução e reutilização, reciclagem, tratamento de resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

Castilhos Junior (2006) defende que o gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos deve ser integrado, englobando etapas articuladas, e deve conter a participação ativa e cooperativa de governos, assim como da iniciativa privada e sociedade civil organizada, isto desde a não geração, até a destinação final ambientalmente adequada.

Com aumento gradativo da população, o incremento da necessidade de produção de alimentos e bens de consumo, resulta no aumento da quantidade de resíduos, tanto no processo industrial quanto no consumo (DIAS; SALGADO, 1999). Para complementar este fato, Marques (2005) afirma que praticamente não se pode apontar uma atividade humana que não gere resíduos ou que não interfira de uma ou de outra forma com as condições do meio.

A redução ou a reutilização de resíduos tem ganhado cada vez mais importância, segundo Abreu (2001) cerca de 5% da massa total de resíduos urbanos caracterizam-se como rejeito, em geral, materiais perigosos ou contaminados. Ao olharmos a nível mundial somente em Nova York são gerados 3 quilogramas de lixo por pessoa ao dia, enquanto em São Paulo, esse número chega a 1,5 quilogramas por pessoa ao dia (NOVAES, 2003).

O termo reciclagem é usado desde 1970, segundo Valle (1995), significa refazer o ciclo, permite trazer de volta a origem sob a forma de matéria-prima, aqueles materiais que não se degradaram facilmente e que podem ser reprocessados, mantendo suas características básicas. Para Roth (1996), reciclar é uma das exigências do mundo moderno e passou a ser adotado pelos países ricos e pelos países com poucos recursos naturais, que têm crises energéticas ou estão em desenvolvimento.

Ao implantar a lei de número 12.305, o panorama geral do tratamento de resíduos sólidos urbanos tende a ter sistema integrado, isto demanda uma intensa participação social e governamental, sistema de compostagem de resíduos orgânicos, assim como a disposição final de rejeitos inertes em aterros sanitários.

Segundo o Manual Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (2001), só existe uma forma de dar destino final adequado aos resíduos sólidos, e é através de aterros que podem ser sanitários ou controlados. Para Maroun (2006), quando utilizado o processo de incineração para o tratamento de resíduos, este deve utilizar a combustão controlada para degradar termicamente materiais residuais.

De acordo com Botega (2004), a questão da disposição final dos resíduos sólidos gerados pela população urbana é um grave problema, cuja complexidade aumenta em conjunto com o crescimento populacional, isto gera um maior grau de urbanização, um nível de industrialização cada vez mais alto e por fim gera um esgotamento dos locais de disposição desses materiais.

A Norma Brasileira NBR 10004, também alinhada com a PNRS, define os resíduos sólidos como:

Aqueles resíduos nos Estados sólido e semi-sólido, que resultam de atividades da comunidade de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos, cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou copos de água, ou exijam para isso soluções técnicas e economicamente inviáveis em face a melhor tecnologia disponível (ABNT, 1987, p. 1).

O Estado do Ceará, no qual se situa a Universidade Federal do Ceará, foi o primeiro a instituir uma política de resíduos sólidos, por meio da lei nº 13.103 de 24 de janeiro de 2001, e devido o Brasil alguns anos depois instituir a Política Nacional dos Resíduos Sólidos por meio da Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010, o Estado do Ceará sancionou a lei de nº 16.032/2016 na qual foi uma readequação da lei antiga.

Os dados revelam que diariamente os Cearenses produzem nove mil toneladas de lixo. O Plano Estadual dos Resíduos Sólidos regulamentou algumas alternativas para obter um desenvolvimento sustentável, algumas opções são dadas como a coleta seletiva de resíduos, controle e participação social, regionalização da gestão integrada dos resíduos sólidos, logística reversa e acordo setoriais. (SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE – SEMACE, 2017).

A Lei 16.032/2016 cita em seu art. 29 que “Cabe ao Poder Público atuar, subsidiariamente, com vistas a minimizar ou cessar o dano, logo que tome conhecimento de evento lesivo ao meio ambiente ou à saúde pública, relacionado ao gerenciamento de resíduos sólidos”.

2.3 A Logística Reversa de Bens Patrimoniais

A logística reversa de bens patrimoniais possui uma vertente chamada canal reverso de reuso. Este canal tem por características encontrar produtos e materiais com estado de vida classificado como em condições de uso. Geralmente, estes adentram ao mercado de segunda mão para serem vendidos ou reutilizados (LEITE, 2009). Em uma forma geral as redes distribuição reversa se estruturam em torno de um mercado que disponibiliza o produto usado onde este produto é recuperado em um mercado de reuso, isto faz com que o recuperador atue como vendedor Fleischmann (2001). De acordo com Tadeu *et al.* (2013), este canal reverso de

reuso encaminha bens ao mercado de segunda mão, mas, para que isso possa ocorrer, é necessário que o chamado bem de pós-consumo tenha condições de reuso e revalorização.

Com relação ao canal de manufatura, este tem por característica que os produtos podem ser reaproveitados em partes essenciais, ocorrendo assim a reconstrução do produto com a mesma finalidade e natureza, porém, com a substituição de alguns componentes complementares. Os autores Ostlin, Sundin e Bjorkman (2008) o definiram como um processo industrial onde produtos utilizados são recuperados (remanufaturados) para ampliar sua vida útil.

Outro canal que pode ser utilizado é a reciclagem, onde ocorre a revalorização dos materiais constituintes dos produtos descartados que, após serem extraídos, transformam-se em matéria prima que serão reintegradas à produção de novos produtos.

Nas instituições públicas, o Decreto 99.658/1990 estabelece as regras para o desfazimento de bens públicos, isto é, retirar um bem do patrimônio público, que pode ser realizado por transferência, cessão, alienação, venda através de leilão e inutilização ou abandono.

A administração pública adquire esses bens permanentes com a intenção de utilizá-lo para alguma atividade fim. E ao passar do tempo, estes bens deixam de ser úteis ao órgão possuidor, tornando-se inservíveis. Esta denominação genérica é atribuída aos bens ociosos, recuperáveis, antieconômicos e irrecuperáveis.

A de se destacar que inservibilidade, segundo texto do decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990, é concebida assim:

Art. 3º Para fins deste decreto considera-se:

Parágrafo único. O material considerado genericamente inservível, para a repartição, órgão ou entidade que detém sua posse ou propriedade, deve ser classificado como:

- a) Ocioso – quando, embora em perfeitas condições de uso, não estiver sendo aproveitado;
- b) Recuperável – quando sua recuperação for possível e orçar, no âmbito, a cinquenta por cento de seu valor de mercado;
- c) Antieconômico – quando sua manutenção for onerosa, ou seu rendimento precário, em virtude de uso prolongado, desgaste prematuro ou obsolescência;
- d) Irrecuperável – quando não mais puder ser utilizado para o fim a que se destina devido à perda de suas características ou em razão da inviabilidade econômica de sua recuperação (BRASIL, 1990).

A modalidade de leilão é a venda de bens públicos inservíveis da administração pública, precedidos de avaliação, mediante lances verbais. A existência de interesse público é

requisito exigido logo no caput do artigo 17 da lei n. ° 8.666/93, doravante tratada por lei das licitações, que assim diz:

Art. 17. A alienação de bens da administração pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

II – Quando móveis, dependerá de avaliação prévia e de licitação, dispensada esta nos seguintes casos:

- a) Doação, permitida exclusivamente para fins e uso de interesse social, após avaliação de sua oportunidade e conveniência socioeconômica, relativamente à escolha de outra forma de alienação;
- b) Permuta, permitida exclusivamente entre órgãos ou entidades da administração pública;
- e) Venda de bens produzidos ou comercializados por órgãos ou entidades da administração pública, em virtude de suas finalidades;
- f) Venda de materiais e equipamentos para outros órgãos ou entidades da administração pública, sem utilização previsível por quem deles dispõe (BRASIL,1993).

Neste sentido, Ponte (2017, p. 54) afirma que:

A administração pública precisa entender que a função precípua do patrimônio público no que se refere ao processo de gestão – servir de suporte meio às políticas públicas finalísticas executadas pelos órgãos públicos, proporcionará condições essenciais à efetividade das políticas públicas de desfazimento de resíduos eletroeletrônicos.

A logística reversa deve ser tratada com relevância, pois trata-se de recursos patrimoniais que passa por etapas como: licitação para a compra, recebimento, manutenção e quando for o caso alienação, ao chegar no caso de alienação a instituição não tem como reutilizar este bem devendo se desfazer deste bem (KUMMER, 2010).

Na capital das Filipinas, a escola Marist School comercializa os resíduos sólidos recicláveis com Sucateiros, os resíduos que são gerados na cantina, por sua vez, são usados como ração para suínos, enquanto os resíduos provenientes da jardinagem são compostados. Já os demais são segregados na fonte, triturados, compactados até que sejam reutilizados ou reciclados (REPUBLIC OF THE PHILIPPINES/DENR, 2005).

3 METODOLOGIA

Considerando o critério de classificação de Vergara (2003), esta pesquisa pode ser classificada sob dois aspectos: quanto aos fins e quanto aos meios. Com relação aos fins, é uma pesquisa descritiva, pois visa proporcionar a exposição das principais características e aspectos sobre a logística e o processo de desfazimento dos bens. Em relação aos meios, a pesquisa é um estudo de caso. A pesquisa foi consolidada por meio de um estudo de caso. Yin (2010, p. 24) destaca que:

O método do estudo de caso permite que os investigadores retenham as características holísticas e significativas dos eventos da vida real – como ciclos individuais da vida, o comportamento dos pequenos grupos, os processos organizacionais e administrativos, a mudança de vizinhança, o desempenho escolar. As relações internacionais e a maturação das indústrias.

A pesquisa também se caracteriza como qualitativa, sendo caracterizada como estudo de caso. Foi realizada no âmbito da Universidade Federal do Ceará junto à Divisão de Patrimônio, que é vinculada à Coordenação de administração e patrimônio, e que se localiza no Campus do Pici na cidade de Fortaleza capital do Estado do Ceará. O caso foi escolhido a partir da observação do participante, sobre a quantidade de materiais recolhidos por algum motivo e em sua maioria por defeito e com nenhuma política de recuperação de bens.

A observação foi realizada através de visitas semanais no período de 04 de junho de 2018 até o dia 5 de novembro do mesmo ano nos depósitos da instituição, onde ficou destacada a velocidade em que esses galpões lotavam de bens, cujos setores de origem classificavam como inservíveis. E foi verificado no Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC), o qual a universidade usa para fazer o controle de bens a alta quantidade de bens movimentados em média são solicitadas 90 guias de transferência cada uma contendo um número diferente de bens entre os setores da instituição, assim como alto volume de setores pedindo o recolhimento destes materiais no qual ficam nos depósitos, em uma consulta ao Sistema Eletrônico de Informações verificou-se que em média são 65 pedidos de recolhimento.

Os dados foram observados com base em documentos e relatórios gerados pelo SIPAC como por exemplo, transferências realizadas no período de setembro, e entrevista gravada na qual o roteiro está no (APÊNDICE B), com o diretor adjunto da divisão de patrimônio da Universidade Federal do Ceará, e também participante da comissão permanente de desfazimento, senhor Antônio Rodrigues Fernandes Neto.

A entrevista teve duração de 25 minutos, na qual foi gravada e posteriormente retomada para escuta ativa e devidas reflexões. Além disso, o pesquisador adotou a observação direta tendo em vista o entendimento do assunto, facilitado pelo fato do pesquisador fazer parte do quadro de terceirizado da instituição podendo monitorar e interagir com os acontecimentos.

A análise dos documentos fornecidos pelo diretor da divisão de patrimônio como a minuta de editais de leilões anteriores, assim como memorandos solicitando doações, e posterior a isto realizando reflexões sobre a entrevista, podemos realizar a comparação com o que o manual de gestão patrimonial (2016) da Universidade Federal do Ceará prevê, a partir desta análise tirar conclusões.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seção busca esmiuçar o processo de estratégia de desfazimento, dando ênfase estratégia de doação e de leilão, para assim discutir os resultados que foram colhidos, de acordo com a pesquisa realizada e sugerir melhorias aos processos.

4.1 Sobre a Universidade Federal do Ceará (UFC)

A Universidade Federal do Ceará conhecida popularmente como (UFC), é uma instituição de ensino superior vinculada ao Ministério da Educação. Possui uma notória importância dentro do cenário Estadual e Nacional, estando classificada como uma das grandes instituições da América Latina, e uma das mais procuradas por alunos do País inteiro depois que aderiu ao Sistema de Seleção Unificada (SISU) segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), onde os alunos conseguem ingressar com base na nota do exame nacional do ensino médio (ENEM).

A instituição é presente em várias cidades tanto na capital como no interior do Estado, sendo divididos em sete campi que estão presentes na cidade de Sobral, Russas, Crateús, Quixadá, Pici, Porangabuçu além de sua sede na cidade de Fortaleza onde também se localiza sua reitoria no Bairro Benfica, isto com base nos dados fornecidos pelo site da Universidade Federal do Ceará.

A Universidade Federal do Ceará possui 63 anos de história e foi criada pela lei 2.373, de dezembro de 1954 sendo instalada numa sessão no dia 25 de junho de 1955, e ao longo desta história obteve uma grande evolução na qualidade do ensino e na quantidade de cursos oferecidos chegando a 119 cursos de graduação destes 110 são presenciais e 9 a distância, 94 cursos de Pós-graduação dividido em 41 mestrados acadêmicos, 7 mestrados profissionais e 36 doutorados números estes que se encontram em constante evolução, tendo em vista que a Instituição está prestes a abrir um novo campus na cidade Itapajé a tendência e que o número de cursos aumentem assim como a quantidade de bens da Instituição.

Segundo o site da instituição, a área total que Universidade Federal do Ceará possui é de 35.000m² dentre este, 15.000m² foram construídas em pouco mais de seis anos, entre os anos de 2007 a 2013, isto possibilita a instituição uma aquisição elevada de produtos tanto mobiliário quanto eletrônicos.

De acordo com o Brics, que é composto por cinco países, e tem como participantes Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, o estudo revelou que dentre as Universidades destes

países, a Universidade Federal Ceará ficou 151ª colocação entre as maiores, segundo a QS Universities. Outro estudo realizado pela Folha de São Paulo denominado ranking universitário folha (RUF) 2017, colocou a Universidade Federal do Ceará na 12ª colocação entre as universidades do país ficando em segundo lugar no Nordeste, estes resultados representam a importância da instituição e a qualidade do ensino ofertado.

Um estudo realizado pelo Center for World University Rankings (CWUR) com as mil melhores instituições de ensino superior no mundo, a Universidade Federal do Ceará aparece na posição de número 814 no ranking, o que comprova a dimensão e o tamanho da desta instituição a nível internacional.

Com o orçamento sofrendo oscilações nos últimos dez anos, e uma queda acentuada no ano de 2017 no qual a verba ficou em 170,060.810 milhões, depois de já ter atingido R\$ 231,998.602 milhões de verba em 2013, a logística reversa é uma opção a ser considerada pela instituição, justifica-se o alto número de bens que a Universidade Federal do Ceará tem em decorrência dos seus inúmeros cursos em diversas áreas, essa quantidade de bens em sua grande parte poderia ser reaproveitada ou até mesmo vendida.

4.2 Divisão de Patrimônio e Processo de Desfazimento

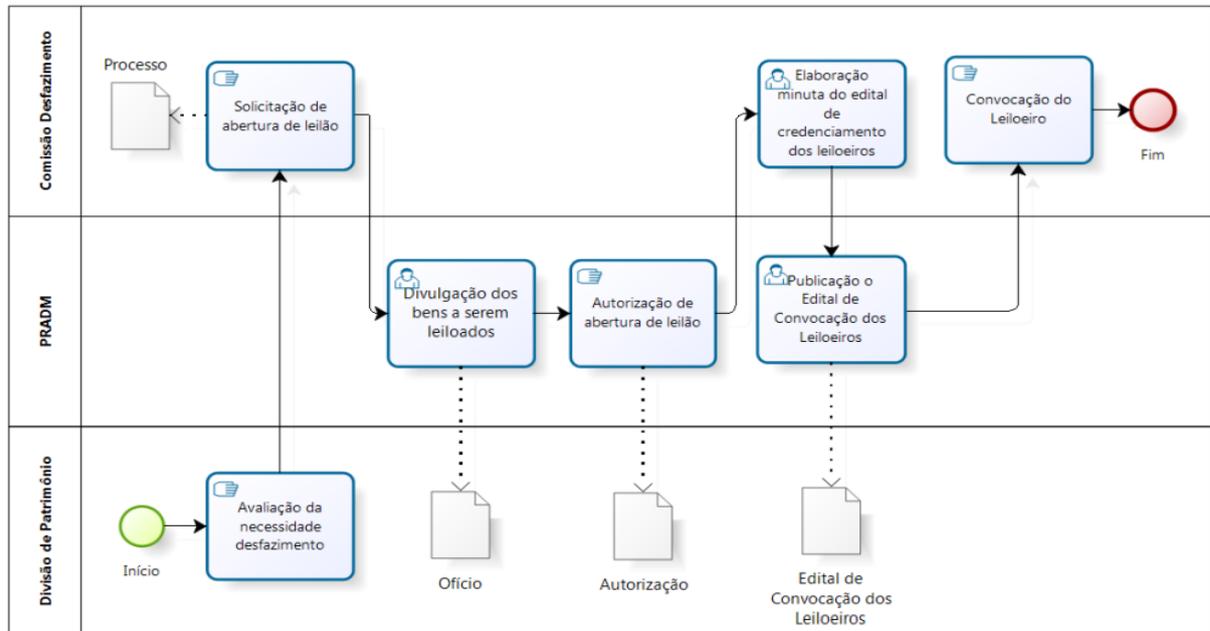
A divisão de patrimônio da Universidade Federal do Ceará foi criada na década de 1980, e, por muito tempo, ficou atrelada ao almoxarifado central. Atualmente, é um setor desvinculado do almoxarifado, anteriormente pertenceu à extinta pró-reitoria de administração, e atualmente pertence à Coordenação de Administração e Patrimônio.

A divisão de patrimônio é responsável por cuidar dos bens da universidade, tanto com relação à chegada deles quando são feitos o tombamento e a inclusão no sistema para qual setor irá, até a entrega física do bem, e as posteriores transferências entre unidades. Quando não se utiliza mais este bem, os setores fazem uma solicitação de recolhimento e a divisão de patrimônio vai ao setor pegar o bem e trazer aos depósitos, posteriormente a isto disponibiliza o bem aos demais setores que tiverem por ventura interesse neste material.

O setor deve se mostrar interessado no bem através de um memorando, que deve conter a descrição e o número de tombamento. O memorando deve ser encaminhado à divisão de patrimônio que se encarrega de deixar o bem fisicamente, e também de realizar a transferência no sistema, afim de colocar o bem na carga patrimonial do setor solicitante para que no inventário este bem conste sob responsabilidade do setor.

O manual de gestão patrimonial da Universidade Federal do Ceará, do ano de 2016 traz um fluxograma representado na figura 3, mostrando o passo a passo do processo de leilão.

Figura 3 – Mapa do Processo de Leilão



Fonte: Universidade Federal do Ceará (2016, p. 87)

O fluxograma mostra a avaliação da necessidade de desfazimento de bens, esta análise tem de partir dos gestores da divisão de patrimônio, mais especificamente da seção de controle de bens, a partir desta análise o gestor da divisão de patrimônio deve solicitar a coordenaria de administração e patrimônio que faça a abertura do processo de leilão.

O processo é gerado via sei onde constar todos os documentos referentes ao processo de leilão, documentos estes como memorando de abertura de leilão, ressalvas da procuradoria, e edital.

Assim é realizada a escolha dos membros que devem fazer parte desta comissão, estes membros ficam responsáveis por seguir o trâmite do processo e são chefiados pelo presidente da comissão de desfazimento de bens móveis.

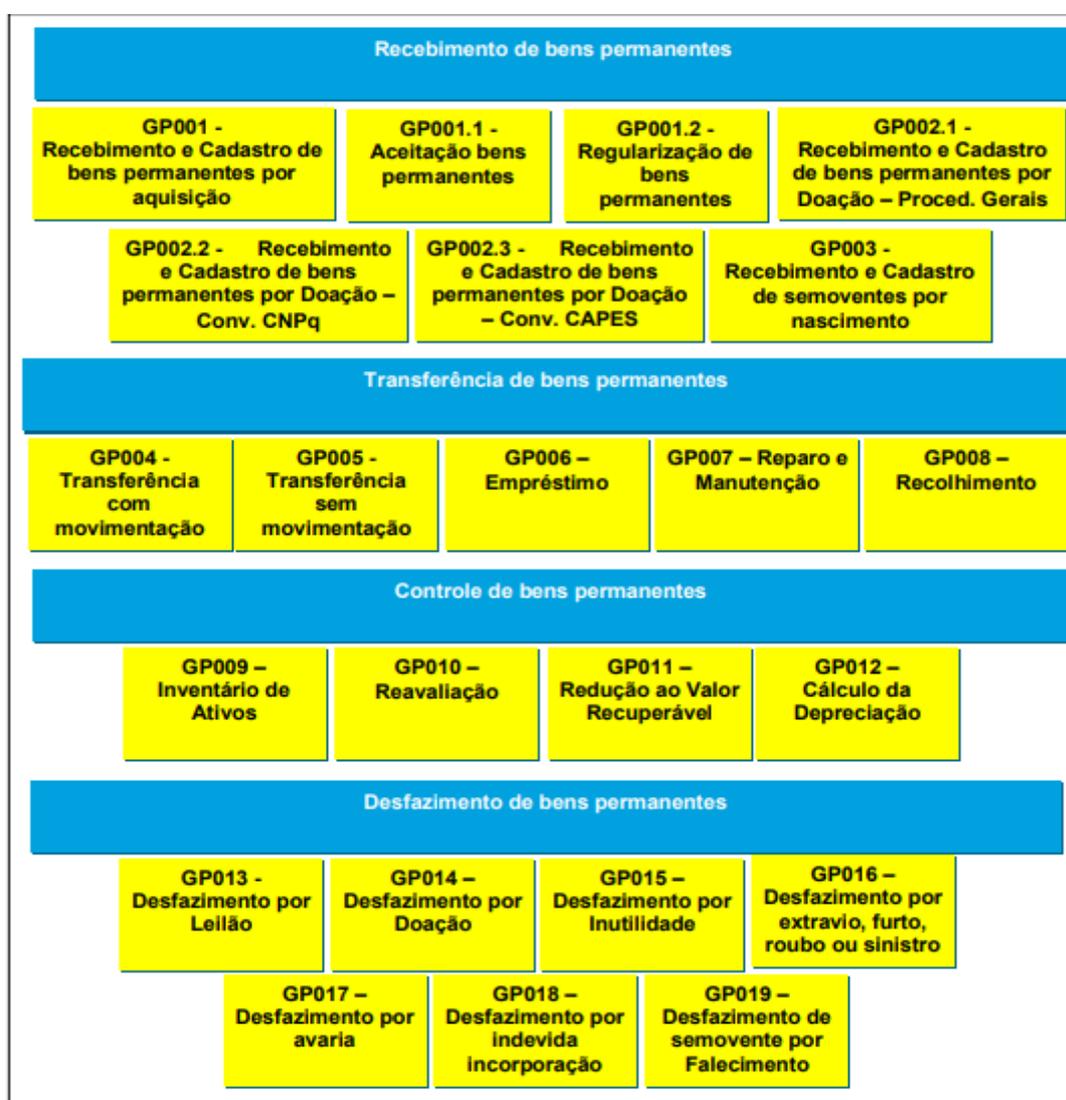
Há que se ressaltar que quando o leiloeiro é externo à instituição, é contratado por meio de licitação, o mesmo participa da confecção dos lotes como uma maneira de aproveitar o seu conhecimento e experiência em leilões.

Na confecção dos lotes é importante deixar todos de maneira que traga alguma atratividade, e assim obter sucesso na venda do lote no leilão e assim atingir o objetivo que é se desfazer de todos os bens.

A minuta do edital é confeccionada pela comissão do leilão de bens móveis, que geralmente tem como presidente da comissão, o chefe da seção de controle de bens. O edital deve constar a regras do leilão, assim como a quantidade de lotes, e qual material será vendido em cada lote.

Estes procedimentos referentes aos bens móveis, desde seu recebimento até o desfazimento, foram descritos nos seguintes processos de acordo com a seguinte representação da figura 4 onde detalha quais os processos realizados em cada etapa:

Figura 4 – Catálogo de processos utilizados pela instituição



Fonte: Universidade Federal do Ceará (2016, p. 13)

4.2.1 Recebimento de Bens Permanentes

O recebimento e cadastro de materiais permanentes são executados mediante 3 processos, o de aquisição de materiais, doação de terceiros ou de nascimento de semoventes. O mais corriqueiro é o de aquisição de materiais, que ocorre com o recebimento do bem pelo almoxarife, que por sua vez passa a nota para a seção de cadastro, que verifica com o fiscal ou gestor do contrato se está de acordo com descrição do material empenhado, o aceite é dado e o prosseguimento é feito, realiza-se o recebimento definitivo deste bem através do termo de atesto de recebimento (Anexo C), e regulariza-se a situação através do cadastro no sistema gerando assim um tombo que deve constar no material.

Ao dar início ao processo de recebimento e cadastro de bens por convênio, a coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior, deve ocorrer a comunicação por parte do departamento com a divisão de patrimônio sobre o recebimento de material doado, deve ser informado a chamada do projeto, título do projeto, quantidade, valor estimado do bem e o responsável pelo projeto ao qual consta os bens, posteriormente ocorre a reavaliação destes bens, tanto fisicamente como financeiramente para atualizar o valor, encaminha-se o processo para procuradoria para avaliação dos documentos e aprovação ou não da doação, caso aprovado é incorporado e realizado o lançamento fiscal. O que diferencia este processo com o de doação geral, é a identificação de origem dos bens e a identificação de quem os recebeu.

O cadastro de bens permanente oriundos de doação do convênio com o conselho nacional de desenvolvimento científico e tecnológico (CNPQ), necessita primeiramente da identificação do projeto mediante documentos, busca-se a classificação do material e depois disto ocorre a incorporação do material como termo de uso, posterior a isso os documentos com o vínculo da universidade são arquivados, e outras vias destes documentos referente ao projeto são enviadas para o CNPQ confeccionar o termo de depósito, o termo de depósito é o documento que comprova que as contas do pesquisador foram aprovadas e que o projeto encerrou para o conselho.

4.2.2 Transferências de bens permanentes

No caso da transferência de bens permanentes, existe a transferência com movimentação e sem movimentação. A transferência com movimentação ocorre quando o setor encaminha o termo de transferência, que deve ser assinado pelo setor de origem e o de destino, o transporte físico deve ser efetuado pela divisão de patrimônio da origem ao destino. A

transferência sem movimentação, ocorre quando o setor ou a divisão de patrimônio encontra um bem que ao consultar o tombamento no sistema, encontra-se divergência de onde se encontra fisicamente bem, em decorrência disto a transferência só ocorre no sistema levando o bem aonde de fato estar fisicamente.

A transferência de bens por empréstimo, tem início quando um setor tem a necessidade de utilizar o bem por determinado tempo, e o setor que está cedendo concorda em emprestá-lo, não ocorre transferência no sistema e é feito um termo chamado guia de trânsito de materiais (Anexo A), e o responsável pelo pedido de empréstimo se responsabiliza de buscar e entregar o bem no local designado.

O processo de reparo e manutenção ocorre por avaria ou quebra do bem, este processo só pode ser feito com consulta a divisão de patrimônio afim de se saber se o bem em questão possui ou não garantia, caso este bem não possua garantia deve ser preenchida e assinada a guia de trânsito de materiais, onde tem de consta o número de tombamento e a descrição dos materiais a serem consertados.

Para ocorrer o processo de recolhimento a unidade responsável pelo bem deve classificá-lo como inservível, este procedimento deve ser feito através de memorando informando a divisão de patrimônio, e necessário anexar à solicitação de recolhimento (Anexo B), ao receber o processo a divisão de patrimônio entra em contato com o setor para agendar o dia de recolher o material e trazê-lo aos depósitos.

4.2.3 Controle de Bens Permanentes

O inventário de ativo de bens é realizado através da relação de bens permanente da unidade, o encaminhamento destes termos é realizado para os chefes de cada setor, a intenção é que estes realizem o levantamento dos bens presente na unidade, assim como realize a confrontação com o termo. Os termos nos quais não forem encontradas inconsistências, estes termos são assinados e devolvidos, aqueles que forem encontrados erros, devem ser elencados quais as plaquetas foram encontradas inconsistências para que as devidas providências possam ser tomadas e possivelmente realizar a baixa no sistema.

A última reavaliação de bens da Universidade Federal Ceará foi feita no ano de 2014, por meio de uma empresa privada contratada para fazer o levantamento dos bens da instituição, a reavaliação foi feita por amostragem, e não reavaliando todos os bens da universidade.

O processo de redução de valor recuperável, foi informado pelo diretor da divisão

de patrimônio, que nunca foi realizado este processo na instituição.

O cálculo de depreciação é feito de acordo com a classificação de bens tangíveis ou intangíveis. A depreciação tem como principal característica a redução do valor do bem, o cálculo é realizado mensalmente pela divisão de patrimônio dentro do cronograma contábil estabelecido pela coordenadoria de contabilidade e finanças. Temos como exemplo de bens depreciáveis os bens tangíveis e intangíveis alguns deles são: veículos, softwares e os recursos minerais. A de se ressaltar que alguns bens não depreciam, como terreno rurais e urbanos, prédios, bens móveis de natureza cultural como quadros artísticos e animais, que se destinam à exposição e à preservação.

4.2.4 Desfazimento de bens permanentes

O desfazimento por leilão ocorre quando os depósitos estão lotados, desta forma identificasse a necessidade do mesmo e, em decorrência disto, o serviço de recolhimento tem de ser paralisado, assim a divisão de patrimônio solicita que a coordenação de administração e patrimônio autorize o início do processo, visando a formação dos lotes e vendas desses materiais, liberando assim espaço no seu galpão, além de arrecadar recursos financeiros com estes bens, é um processo que mal gerido pode gerar um grande ônus a instituição.

Para ocorrer o processo de doação é necessário surgir um interesse de outro órgão público ou organização não governamental ONG, estes bens devem ser solicitados através de documentos, dos responsáveis do órgão interessado assim como o do órgão doador, devem assinar documentos comprovando o interesse na doação. Posteriormente a isto deve ocorrer a avaliação dos materiais, verificando assim o tempo de vida útil e o valor do material, após ter a documentação completa inclusive com o laudo de avaliação, o processo é encaminhado para a procuradoria, que concede as ressalvas do processo, para concluir o processo deve ser enviado ao financeiro para realizar os devidos ajustes contábeis.

O processo de desfazimento por avaria e o de inutilidade seguem a mesma instrução, devem ser solicitados através de memorando, explicando a causa da deterioração ou avaria que por muitas vezes são causadas por intempérie. Os materiais devolvidos por inutilidade, por muitas vezes são devolvidos por não cumprirem mais a sua função que foi pretendida no ato da compra. O processo deve conter foto do material e posteriormente é enviado a coordenadoria de administração e patrimônio, que por sua vez os envia para a procuradoria que dar o parecer sobre as condições de uso, ao concluir esta parte o processo deve ser enviado ao financeiro para realizar as devidas baixas no sistema.

O desfazimento por roubo, extravio ou furto tem como procedimento a abertura de processo interno com o memorando explicando a causa do sumiço do bem, o Boletim de Ocorrência devem estar anexo, feito pelo responsável pelo bem que no caso podem os chefes de departamento, diretores, coordenadores, este processo também deve incluir cópia da ata da segurança no dia do furto ou roubo, o processo é encaminhado para a coordenação de administração e patrimônio e autorizado a baixa do bem, para a conclusão do processo, o financeiro deve dar baixa do bem no sistema.

O processo de desfazimento por indevida incorporação ocorre quando se constata um erro, é então solicitado a abertura de processo via sistema por cadastro indevido, é necessário ter um documento comprovando a origem real do bem, os documentos em questão são enviados a coordenadoria de administração e patrimônio, que por sua vez os envia para procuradoria, esta realiza as devidas ressalvas quanto ao procedimento seguindo o trâmite até o financeiro para estonar aquela incorporação.

O processo de desfazimento de semovente por falecimento, tem início na fazenda experimental, que escreve um memorando informando o motivo do falecimento, juntamente com laudo avaliação de morte do animal, é então encaminhado a coordenadoria de patrimônio de administração de patrimônio para autorizar a baixa, para finalizar o processo é encaminhado ao financeiro onde se realiza a baixa.

Uma das alternativas para se desfazer do bem é o processo de leilão, processo este mais utilizado pela instituição, apesar de ser o mais demorado, é o que gera recursos financeiros, o quadro 2 apresenta as fases para que o leilão ocorra.

Quadro 2 – Sequência do processo de Leilão

Atividade	Tarefa	Sistema/ documento	Responsável
Avaliar a necessidade de desfazimento	A divisão de Patrimônio realizará verificação periódica do patrimônio pertencente à Instituição destinado ao desfazimento, e caso o depósito esteja próximo de sua ocupação Máxima, ou por outros motivos que entender necessário, será solicitado abertura de processo de Desfazimento à comissão Permanente de Desfazimento,	N/A	Divisão de Patrimônio
Solicitação de Abertura de Leilão	A comissão Permanente de Desfazimento de Bens abrirá processo solicitando a abertura de leilão para a Pró-Reitoria de Administração, identificando os Bens a serem alienados, com base na classificação registrada no sistema de Gestão Patrimonial	Processo	Comissão Permanente de Desfazimento de bens

(Continua)

(Conclusão)

Divulgação dos bens a serem leiloados	Após a confirmação da disponibilidade dos bens por parte da Divisão de Patrimônio, a Coordenação de Administração e Patrimônio divulgará por 30 dias no seu site a fim de que as unidades gestoras manifestem interesse antes de que esses bens sejam alienados.	Sítio da Coordenação de Administração e Patrimônio	Coordenação de Administração e Patrimônio
Autorização de abertura de leilão	Após o período de divulgação a Coordenação de Administração e Patrimônio autoriza o início do processo de leilão por meio de despacho à Comissão Permanente de Desfazimento de Bens Móveis	Autorização	Coordenação de Administração e Patrimônio
Elaboração da minuta do edital de credenciamento dos leiloeiros	A minuta do edital para o credenciamento dos leiloeiros é elaborada pela Comissão. A Comissão Permanente de Desfazimento de Bens deverá analisar a aplicabilidade do art. 1º do decreto 9.373/18, no que tange a comunicação via ofício à Secretaria de Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, sobre a existência de equipamentos de informática, peças-partes ou componentes disponíveis para reaproveitamento. Não ocorrendo manifestação da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no prazo de trinta dias a UFC poderá proceder ao desfazimento dos materiais. Posteriormente, a minuta será encaminhada à Coordenação de Administração e Patrimônio afim de que esta encaminhe à Procuradoria Jurídica da UFC. A Comissão deverá verificar a análise realizada pela Procuradoria e providenciará os eventuais ajustes solicitados. Posteriormente, encaminhará o edital ao Departamento de Administração para publicação.	Minuta do Edital de convocação dos leiloeiros	Comissão Permanente de Desfazimento de Bens
Publicação do Edital de Convocação dos leiloeiros	A publicação da minuta será realizada pela Seção de Controle de Bens da Coordenação de Administração e Patrimônio.	Edital de Convocação dos Leiloeiros	Coordenação de Administração e Patrimônio
Convocação do Leiloeiro	Com base no resultado do procedimento de credenciamento, convoca-se leiloeiro vencedor do certame.	Resultado do processo licitatório	Comissão Permanente de Desfazimento de Bens

Fonte: Universidade Federal do Ceará (2016, p. 88)

O processo tem início quando a divisão de patrimônio se manifesta a coordenadoria de administração e patrimônio, este manifesto da divisão de patrimônio parte de uma seção específica, a seção de controle de bens, que identifica a capacidade dos galpões e a demanda por recolhimento e então sugere que as se dê início ao processo de leilão.

A divulgação a ser realizada para a comunidade acadêmica é solicitada pelo chefe da comissão, ao decorrer destes dias em que os galpões ficam abertos para a solicitação destes bens por parte dos setores, após estes dias é autorizado a abertura do leilão. A comissão designada deve confeccionar o edital junto ao credenciamento dos leiloeiros, publicado o edital para a contratação dos leiloeiros, e com o resultado dessa fase convoca-se o leiloeiro para juntamente dar prosseguimento ao processo.

A referida sequência do processo de leilão, é extensa e trabalhosa, já que algumas fases deste processo dependem de análises e aprovações de outros setores, além de prazos a serem cumpridos como a disponibilização para a comunidade acadêmica que leva em média 30 dias só esta fase do processo. O quadro 3 mostra o passo a passo da execução do leilão, descrevendo-a em todos os passos:

Quadro 3 – Execução do Processo de Leilão.

Atividade	Tarefa	Sistema/ documento	Responsável
Contratação leiloeiro e divisão por lotes	Após a contratação do leiloeiro, a Comissão Permanente de Desfazimento de Bens agendará a visita do leiloeiro no local onde os bens estão dispostos. O leiloeiro definirá a estratégia para a condução do leilão quanto à distribuição dos itens em lotes, sua ordem no leilão. A Comissão Permanente de Desfazimento do Bens registrará o código patrimonial dos bens de cada lote para acompanhamento do procedimento de alienação.	N/A	Comissão Permanente de Desfazimento de Bens Móveis
Definição do valor mínimo de cada lote	O valor mínimo do lote será determinado após comparação entre o valor sugerido pela Comissão Permanente de Avaliação de Bens e aquele sugerido pelo leiloeiro. O valor do lote será o maior entre estas duas avaliações. Caso a instituição não disponha do espaço físico para exibição dos materiais, estes poderão ser encaminhados ao depósito indicado pelo leiloeiro de forma a permitir melhor apreciação pelos interessados. Nesse caso, a saída das dependências deverá ser acompanhada do formulário Guia de Trânsito de Material.	N/A	Comissão Permanente de Desfazimento de Bens Móveis
Elaboração da minuta do edital	Após a definição dos itens do leilão em conjunto com o leiloeiro, a Comissão Permanente de Desfazimento de Bens elaborará a minuta do edital do leilão. Após elaboração, a minuta será encaminhada à Coordenação de Administração e Patrimônio a fim de que esta encaminhe à Procuradoria Jurídica da Instituição. Após análise da Procuradoria, a minuta será devolvida para a comissão que deverá realizar ajustes necessários.	Minuta do edital do Leilão	Comissão Permanente de Desfazimento de Bens Móveis
Publicação do Edital do Leilão	Após os ajustes, a minuta será encaminhada para a Coordenação de Administração e Patrimônio para a publicação	Edital do Leilão	Coordenação de Administração e Patrimônio
Divulgação do Edital, Condução e Finalização do Leilão	O leiloeiro será o responsável por realizar a divulgação do Edital. No momento do arremate dos lotes será preenchido o formulário entrega de Bens arrematados em Leilão, que será assinado pelo leiloeiro e pelo Arrematante. Uma cópia ficará com o Arrematante e outra com o Leiloeiro. A gestão do valor a ser recebido será realizada pela parte financeira da instituição com base no relatório que será encaminhado pela Divisão de Patrimônio via demonstrativo contábil e não pelo e não pelo formulário de entrega.	Entrega de Bens Arrematados em Leilão	Leiloeiro

(Continua)

(Conclusão)

Prestação de contas à Comissão	O leiloeiro irá elaborar a prestação de contas e encaminhará, juntamente com uma cópia do Entrega de Bens Arrematados em Leilão, à Comissão Permanente de Desfazimento de Bens móveis e posteriormente à Divisão de Patrimônio.	Prestação de Contas	Leiloeiro
Análise da Prestação de Contas	A Prestação de Contas elaborada pelo Leiloeiro será validada pela Comissão Permanente de Desfazimento de Bens Móveis e encaminhada à Divisão de Patrimônio.	Prestação de Contas	Comissão Permanente de Desfazimento de Bens Móveis
Verificação da Documentação para entrega dos bens arrematados	A entrega dos bens arrematados será responsabilidade da Divisão de Patrimônio de posse do relatório Prestação de contas encaminhado pela Comissão Permanente de Desfazimento de Bens Móveis. No momento da entrega deverão ser conferidos os seguintes documentos i) Relatório de Prestação de Contas elaborado pelo Leiloeiro; ii) Formulário Entrega de bens Arrematados em Leilão; iii) Identificação patrimonial; e iv) Identificação do arrematante. O preenchimento da descrição do bem no formulário deverá ser realizado rigorosamente conforme a descrição completa presente no sistema de gestão Patrimonial, ou seja, deverão ser identificados aspectos como: dimensões, composição, cor, marca, modelo e ano. A Divisão de Patrimônio irá conferir o número do lote e o nome do arrematante antes de realizar a entrega dos bens leiloados. Se a Divisão de Patrimônio identificar alguma inconsistência, esta será comunicada ao leiloeiro, que validará a situação descrita e tomará as medidas cabíveis.	N/A	Divisão de Patrimônio
Remoção das plaquetas, baixa, entrega e encaminhamento do resultado a Coordenadoria de Contabilidade e Finanças	A plaqueta/etiqueta de identificação patrimonial será removida do bem. Após a remoção da identificação, a Divisão de Patrimônio realizará a baixa do bem no Sistema de Gestão Patrimonial. O material arrematado será entregue peça Divisão de Patrimônio. Ao término do processo de desfazimento, no caso dos bens classificados como semoventes ou obras de arte, a Divisão de Patrimônio deverá enviar um comunicado ao responsável da unidade gestora informando a conclusão do processo e indicando a possibilidade de atualização do controle de número específico realizado paralelamente pela unidade gestora. A finalização do procedimento de desfazimento ocorrerá com o envio do processo a coordenadoria de contabilidade e finanças a fim de realizar os ajustes contábeis.	Sistema de Gestão Patrimonial / Demonstrativo contábil.	Divisão de Patrimônio

Fonte: Universidade Federal do Ceará (2016, p. 92)

Ao terminar a fase de contratação do leiloeiro o mesmo envia pessoas ou vem pessoalmente para indicar como vai ser distribuídos bens nos respectivos lotes. O leiloeiro deve analisar cada lote e sugerir o valor inicial de cada um deles.

A elaboração do edital é realizada e nele, deverá conter as datas previstas para a realização do leilão, os valores iniciais de cada lote, assim como os respectivos itens de cada lote, devem ser descritos por classificação como veículos, computadores, mobiliários.

A publicação do edital é realizada principalmente nos meios de comunicação da instituição, site, jornais impressos e procura-se jornais para realizar esta divulgação de forma que atinja o menor número de pessoas possíveis.

Há alguns documentos que devem ser analisados antes da entrega destes bens aos arrematantes, como uma forma de garantir que os bens estejam de acordo com o que foi divulgado e vendido.

A parte final do leilão fica na responsabilidade do leiloeiro que deve entregar o demonstrativo do que foi vendido, demonstrativo este que deve ser entregue ao financeiro para realizar o devido ajuste contábil. O leiloeiro também tem a responsabilidade de retirar as plaquetas no ato da entrega de cada lote, e posteriormente repassarem essas plaquetas para a divisão de patrimônio realizar o processo de alienação destas plaquetas no sistema concluído este processo necessita repassar para a contabilidade realizar a baixa no sistema.

O segundo processo de desfazimento mais utilizado é o de doação. O quadro 4 apresenta o processo.

Quadro 4 – Processo de desfazimento por doação

Atividade	Tarefa	Sistema/ Documento	Responsável
Solicitar doação de bens por ofício	As solicitações de doação são realizadas pelas entidades por meio de ofícios encaminhados para a Coordenadoria de Administração e Patrimônio. Envolve somente bens que estejam no Depósito de Inservíveis. Os ofícios devem conter: Nome da entidade; Atividade fim da entidade; Identificação do bem solicitado; e Objetivo da solicitação.	Ofício	Órgãos Externos
Analisa perfil da entidade	O ofício recebido será avaliado pela PRADM de forma a verificar se a entidade possui o perfil necessário para receber a doação. Caso atenda ao perfil, será encaminhada solicitação à Divisão de Patrimônio para confirmar a disponibilidade dos bens solicitados. Caso a entidade não atenda ao perfil necessário, a administração Superior informará a impossibilidade de atendimento.	N/A	Comissão Permanente de Desfazimento de Bens
Verificação da disponibilidade dos bens solicitados	A Divisão de Patrimônio verificará a disponibilidade do(s) bem (s) solicitado(s) no depósito de inservíveis da instituição.	N/A	Divisão de Patrimônio
Avaliação dos Bens	A Comissão de Avaliação será acionada pela Divisão de Patrimônio para elaborar Laudo de Avaliação, a qual irá enviar para a Coordenação de Administração e Patrimônio.	Laudo de Avaliação	Comissão Permanente de Avaliação de Bens

(Continua)

(Conclusão)

Analisa a oportunidade e conveniência da doação	A Administração Superior analisará a oportunidade e conveniência de se proceder a doação. Caso decida doar os bens, emitirá despacho a Comissão Permanente de Desfazimento de Bens para proceder a doação após cumprimento do prazo de divulgação da relação dos bens. Caso contrário, emitirá despacho denegatório, informando a impossibilidade de atendimento	Despacho	Coordenação de Administração e Patrimônio
Divulgação dos bens a serem doados	A Coordenação de Administração e Patrimônio divulgará por 30 dias no seu site a intenção de doar os bens a fim de que as unidades manifestem interesse em aproveitá-los. Caso alguma unidade se manifeste, será iniciado o procedimento de transferência de materiais.	Ofício	Coordenação de Administração e Patrimônio
Solicitação da aprovação à Procuradoria Jurídica	Não havendo manifestação, a solicitação será encaminhada à Procuradoria.	N/A	Coordenação de Administração e Patrimônio
Análise e emissão de parecer sobre a doação dos bens	A Procuradoria emitirá parecer sobre a doação.	N/A	Procuradoria Jurídica
Termo de Doação e assinatura do(a) Reitor(a)	Se o parecer da Procuradoria Jurídica for favorável, a Coordenação de Administração de Patrimônio providenciará assinatura do Reitor e encaminhará ofício à Divisão de Patrimônio autorizando a doação. Se o Parecer da Procuradoria for desfavorável à solicitação, a Coordenação de Administração e Patrimônio Administração de Patrimônio informará a entidade solicitante.	Ofício	Coordenação de Administração de Patrimônio
Separação dos bens e agendamento da retirada	De posse do processo, a Divisão de Patrimônio irá separar os bens solicitados e comunicará a entidade solicitante. A data e o horário da retirada dos bens serão agendados com a entidade. O transporte dos materiais será realizado pelo donatário	N/A	Divisão de Patrimônio
Retirada de plaquetas / etiquetas dos bens no momento da entrega	Após a conferência da documentação, a plaqueta/etiqueta de tombamento patrimonial será retirada, quando aplicável, e o bem será entregue ao representante da entidade solicitante. Após a remoção da identificação, a Divisão de Patrimônio realizará a baixa do bem no Sistema de Gestão Patrimonial. Ao término do processo de desfazimento, no caso dos bens classificados como semoventes ou obras de arte, a Divisão de Patrimônio deverá enviar um comunicado ao responsável da unidade gestora informando a conclusão do processo e indicando a possibilidade de atualização do controle de número específico realizado paralelamente pela unidade gestora. A finalização do procedimento de desfazimento ocorrerá com o envio do processo ao Coordenadoria de Contabilidade e Finanças a fim de realizar os ajustes contábeis	Sistema de Gestão Patrimonial	Divisão de Patrimônio
Coleta da assinatura do representante da entidade	No momento da entrega, a Divisão de Patrimônio providenciará a assinatura do representante da entidade/ órgão receptor no Formulário Entrega de Bens Doados	Entrega de Bens Doados	Divisão de Patrimônio

Fonte: Universidade Federal do Ceará (2016, p. 98)

O processo de doação é composto por estas 12 etapas, é importante ressaltar que este processo deve ter um viés positivo para a instituição seja recebendo ou doando materiais. O recebimento de material geralmente é composto por professores que tem projetos independentes com convênios, e que ao final destes projetos decidem doar o material para instituição.

A Universidade Federal do Ceará doar um número baixo de materiais, tendo em vista que segundo o diretor da divisão de patrimônio informou em entrevista, anualmente ocorre o processo de leilão, isto faz com que os materiais que poderiam ser doados, sejam leiloados em vários lotes distintos.

A parte jurídica que responde se o termo da doação está correto, durante a entrevista foi informado que não existe um prazo definido para o retorno deste, e que varia de acordo com a demanda da procuradoria, isto pode ocasionar em uma quantidade maior de tempo até que o processo seja concluído, ocorrendo assim a desvalorização do bem nesse interstício.

As assinaturas dos concordantes também precisam ser colhidas, o Reitor da Universidade Federal do Ceará fica responsável por assinar o processo por parte da instituição, e outra parte solicitante da doação também deve assinar o termo.

É necessário ressaltar que os transportes dos bens doados devem ficar sob responsabilidade do solicitante, a instituição parte do princípio que por se tratar de uma doação, a Universidade Federal do Ceará não deve ter nenhum ônus, e o transporte destes bens acarretaria em um custo.

A entrega destes bens doados fica sob responsabilidade da divisão de patrimônio, que além de armazenar o material deve separar os bens, realizar a conferência verificando o bem e a plaqueta que devem estar de acordo com o que foi solicitado no processo, e as plaquetas devem ser retiradas destes bem ainda não divisão de patrimônio. Esta mesma deve ter muita atenção pois a retirada destes bens no sistema fica a cargo dela.

4.3 Discussão e Análise dos Resultados

Em alusão aos pontos positivos a serem destacados no caso, um deles é referenciado por Rogers e Tibben-Lembke (1999) que versam sobre a transparência com relação aos bens móveis. O fluxo de materiais eficiente gera outro ponto positivo, que é a melhoria da gestão de controle patrimonial. Esta gestão é executada através do Sistema Integrado de Patrimônio Administração e Contratos que realiza as transferências. Ficou evidenciado que alguns colaboradores antigos não sabiam do procedimento de devolução dos bens, chegando a

descartar os bens sem passar pela divisão de patrimônio, e necessário ressaltar que este setor tem a responsabilidade de recolher o bem e posteriormente escolher a estratégia de desfazimento.

O outro ponto positivo a ser destacado é a agregação de valor econômico, logístico e ecológico fato corroborado por Leite (2009). No estudo de caso, pode-se observar o alto retorno econômico ao se realizar o processo de desfazimento por leilão, também é notável o ganho logístico, já que o processo traz um ganho de espaço físico com o desfazimento destes bens móveis. É de se ressaltar que a instituição no caso de leilão recebe todo o valor que o lote foi arrematado, o leiloeiro coloca sua porcentagem em cima do valor pago pelo lote, e este valor é pago pelo arrematante à vista e em espécie.

Ao se destacar a inservibilidade trazida no decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990, a instituição ganhou uma forma de se desfazer destes bens, estes processos possibilitam um viés de retorno para a instituição, aumentos consideráveis em ganhos de espaço onde na instituição em questão são escassos, justificado pelo volume de materiais que a instituição recebe tanto de aquisição quanto de transferência de um setor para outro. Os recursos financeiros têm origem no processo de desfazimento por leilão ao qual a instituição deixa de doar o bem ou descartar para vender mesmo que com um valor abaixo do mercado.

Os bens ociosos que se encontram em perfeito estado de utilização e conservação, poderão ser cedidos ou permutados por outros órgãos que tenham interesse nestes bens. A tese de Ponte (2017). Segue o raciocínio de que o patrimônio público deve servir de suporte às políticas públicas, e esta tem de estar em condições essenciais de efetividade das políticas públicas.

Como um dos pontos positivos a serem destacados a instituição busca atingir o princípio da economicidade. Ademais, Tadeu (2013) tem o pensamento que o canal reverso de reuso é o responsável por encaminhar os bens que são comprados novos, e que são usados ao longo dos anos somente pela instituição, para o mercado que será o comprador e passará a usá-lo como objetos de segunda mão, os dois processos de desfazimento tanto o de leilão quanto o de doação fazem com que estes bens voltem ao mercado de maneira direta no leilão, e de maneira indireta na doação.

O trâmite interno dos processos, foi mostrado com base no manual de gestão patrimonial e confirmado pelo diretor da divisão de patrimônio, este trâmite apresenta uma burocracia excessiva, isto torna o processo demorado e traz um grande ônus para instituição, atrasando outros processos e gerando um acúmulo de bens nos setores que não podem pedir recolhimento.

Em visitas realizadas aos depósitos da Universidade Federal Ceará, fica evidenciada a falta de espaço físico, deslindado pela quantidade de bens e o fluxo de materiais. O manuseio dos bens móveis também fica prejudicado em decorrência do processo de desfazimento ser lento e gerar um certo transtorno, dados comprovados ao se consultar a média de solicitações de recolhimento.

A consequência desta falta de espaço físico, não prejudica somente os setores da instituição com a paralização do processo de recolhimento, isto acarreta na falta de seleção de materiais nos depósitos deixando todos misturados, é perceptível a presença de materiais hospitalares, estes deveriam ser separados dos itens que podem por ventura voltar ao mercado, pois estes materiais podem apresentar contaminações e emitirem radiação.

Com base na entrevista e nas visitas, constatou-se a necessidade de construção de mais depósitos, tendo em vista que os galpões ficam lotados em pouco tempo, mesmo com o retorno de bens que rapidamente são levados a outros setores. Há uma necessidade de espaço físico para armazenar separadamente materiais, tendo em visto que não recebe materiais específicos e dentro desta variedade tem bens oriundo de uso hospitalar.

A entrevista com o diretor da Divisão de Patrimônio mostrou que Universidade Federal do Ceará, não possui um leiloeiro dentro do seu quadro de colaboradores, o que impossibilita de a instituição realizar o leilão por conta própria, tendo assim que abrir licitação para a contratação de leiloeiro se quiser realizar o processo de leilão.

Ao perguntar ao diretor da divisão de patrimônio se a instituição oferece cursos para qualificá-los a realizar estes processos, o mesmo informou que não, e que os cursos que podem ser feitos são in company.

Isto faz com que o processo seja feito intuitivamente, a qualificação destes servidores ajudaria não só na velocidade do processo, como também os cursos sobre estes assuntos poderiam trazer melhorias para o processo, isto partindo-se do pressuposto que colaboradores qualificados poderiam sugerir melhorias no processo com base no conhecimento adquirido.

O investimento na capacitação de um servidor para realizar o curso de leiloeiro se faz necessário para criar independência no processo afirmou o diretor da divisão de patrimônio em entrevista, além de obter esta independência diminuiria consideravelmente o tempo de execução do processo de leilão, isto aconteceria pois, pularia etapas como a de contratação de leiloeiro por meio de licitação, e também a convocação deste mesmo.

A implementação de cursos periódicos para os servidores responsáveis pelo processo de desfazimento, é necessária para que o andamento do processo seja beneficiado. A

legislação tem sofrido algumas alterações no decorrer dos anos, e em decorrência desta situação os servidores têm de estar atentos para seguir o processo rigorosamente dentro da lei.

A melhoria do controle patrimonial pode ser elevada através de agentes patrimoniais, estes agentes funcionariam como responsáveis de cada setor específico, isso aumentaria a responsabilidade do servidor com os bens do setor, e possibilitaria a conscientização da importância do patrimônio para os demais colaboradores. Os servidores designados para serem agentes patrimoniais, deveriam receber cursos de gestão patrimonial para que o controle seja feito de maneira eficiente.

Um ponto desfavorável que tem destaque, é a falta de um setor específico de avaliação de bens, fica evidenciado que a divisão de patrimônio através da seção de controle de bens, não pode absorver o processo de avaliação, pois não possui engenheiros que deveriam avaliar os bens e confeccionar os laudos. A criação de um setor específico de avaliação aceleraria o processo de avaliação destes bens, e daria mais fidelidade aos valores apresentados por este setor, considerando que os engenheiros têm a competência necessária para avaliar estes bens e designar valores.

A demora no processo de desfazimento se realizar, acontece por um excesso de burocracia, o processo tem de passar por vários setores e serem assinados por muitos chefes, é necessário desburocratizar e além desta ação, pedir aos setores por qual o processo passar agilidade na análise dos documentos, para que não percam tempo em cada setor, e com a possibilidade de instituir prazos para cada setor.

A criação do setor de avaliação de bens é necessária, não só para os processos de desfazimento de bens, mas também para a instituição em si, tendo em vista que a lei exige a convalidação dos valores pelos engenheiros, um setor específico de avaliação de bens móveis beneficiaria o andamento do processo e traria mais transparência.

5 CONCLUSÃO

O objetivo geral é analisar as estratégias de desfazimento de bens móveis utilizadas pela Universidade Federal do Ceará. O objetivo foi alcançado por meio da pesquisa de campo, o que possibilitou a observação por parte do participante sobre a importância da estratégia de desfazimento. A entrevista com o gestor se mostrou uma ferramenta importante para esclarecer dúvidas acerca dos procedimentos realizados.

O objetivo específico de apresentar o processo de desfazimento de bens móveis na Universidade Federal do Ceará, obteve como resultado a explicação de todo o processo de desfazimento por meio de doação e de leilão, foram apresentados os processos detalhadamente, seguindo o trâmite interno da instituição até ser concluído o processo. Os processos apresentaram pontos que podem ser melhorados, e que devem entrar no planejamento para que os próximos leilões ocorram de maneira mais rápida e efetiva.

O estudo possibilitou a identificação de pontos forte e pontos fracos, e como ponto a ser destacado é a arrecadação de valores por meio do processo de desfazimento por leilão, este processo se mostra demorado, tendo por base a média para a realização de um leilão que dura 6 meses, e em decorrência deste tempo é realizado apenas 1 vez ao ano. O ponto negativo é a falta de espaço físico que evidenciado após visitas aos depósitos e o resultado deste ponto é paralisação das atividades de recolhimento de bens, o recurso obtido por meio do processo de desfazimento por leilão pode ser usado para construção de novos depósitos já que a instituição dispõe de terreno para construção deste galpão.

Ao sugerir melhorias é notável a necessidade da construção de novos depósitos que consigam desta forma atender a demanda do fluxo de bens que passam pelo depósito. A demora na realização do processo é evidente podendo chegar a 7 meses para ocorrer um leilão gerando assim um acúmulo nos bens a serem recolhidos nos setores, este acúmulo de bens dificulta na separação dos materiais, inclusive na eventual formação dos lotes.

A questão da pesquisa apresentada no trabalho foi: Quais as estratégias de desfazimento de bens móveis utilizadas pela Universidade Federal do Ceará? A identificação das estratégias utilizadas no desfazimento de bens móveis da instituição nos levaram a duas: o processo de desfazimento por meio de leilão e o processo de desfazimento por meio de doação. O processo de leilão se mostrou o mais vantajoso para a instituição, tendo em vista que além de se desfazer dos bens que não seriam mais utilizados, a instituição ainda consegue angariar recursos financeiros. O de doação tem importância na parte social, a instituição através da doação desses bens, ajuda organizações não governamentais ONGS que realizam trabalho

social de maneira direta com as comunidades, além da possibilidade de outros órgãos públicos possam pleitear os bens evitando assim gastos com possíveis aquisições de móveis.

O trabalho contribui na área para destacar a importância das estratégias de desfazimento, esta importância fica evidente ao mostrar os ganhos que uma estratégia de recuperação de bem pode trazer, além de economizar recursos financeiros a instituição de contribui com a sustentabilidade.

A contribuição para universidade é demonstrar que a recuperação tem de ser feita, no estudo de caso como se trata da Universidade esta deve ser exemplo de recuperação de bens, para contribuir diretamente com a sociedade e servindo de exemplo para empresas privadas e outros órgãos de como se realizar uma gestão sustentável.

Como contribuição para a sociedade, a pesquisa mostrou que a política de desfazimento precisa ser melhorada. Esta pesquisa deve servir de exemplo para a sociedade de que a prática de descarte de bens, assim como a recuperação destes bens por parte da sociedade, seja cada vez mais utilizada com consciência.

Uma limitação encontrada foi não conseguir quantificar uma base de equipamentos e móveis que poderiam ser recuperadas antes dos lotes irem à leilão ou doação. A falta de uma política de recuperação limita a pesquisa com relação a dados fidedignos é importante destacar que por se tratar de uma instituição de ensino poderia pegar alunos para a prática e ao mesmo tempo recuperar bens em prol do uso da instituição.

Uma sugestão para pesquisas futuras, é analisar sobre a ótica dos gestores um projeto para recuperação dentro da instituição.

REFERÊNCIAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 10.004: Resíduos sólidos** Classificação. Rio de Janeiro, 2005.

ABREU, M. F. **Do Lixo à Cidadania: estratégias para a ação**. Brasília: Unicef, 2001.

BALLOU, R. H. **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos/Logística Empresarial**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

BARRATT, M. Understanding the meaning of collaboration in the supply chain. **Supply Chain Management: An International Journal**, v. 9, n. 1, p. 30-42, 2004.

BARTHOLOMEU D. B.; CAIXETA-FILHO J. V. 2011. **Logística ambiental de resíduos sólidos**. 1ed. São Paulo, Atlas, 264 p.

BOTEGA, D. P. **Proposta de gestão de Resíduos Sólidos no Centro de Tecnologia da Universidade Federal de Santa Maria**. Santa Maria: 2004 Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Maria.

BOWERSOX, D.J.; CLOSS, D. J. **Logística Empresarial: o processo de integração da cadeia de suprimentos**. São Paulo: Atlas, 2007.

BRASIL. Decreto Nº 5.940, de 25 de outubro de 2006. Dispõe sobre separação de resíduo recicláveis. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 out. 2006. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5940.htm>.

BRASIL. Decreto Nº 9.373, de 11 de maio de 2018. Dispõe sobre separação de resíduo recicláveis. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 mai. 2018. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2018/decreto-9373-11-maio-2018-786674-publicacaooriginal-155545-pe.html>>.

BRASIL. Decreto Nº 99.658, de 30 de outubro de 1990. Dispõe sobre o desfazimento de bens móveis. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 out. 1990. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d99658.htm>.

BRASIL. Lei Nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. Dispõe sobre a instituição de Política nacional de resíduos sólidos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 jun. 1993. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12305.htm>.

BRASIL. Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Dispõe sobre a instituição de normas para licitações e contratos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 jun. 1993. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18666cons.htm>.

CASTILHOS JUNIOR, A.B. **Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos com ênfase na proteção de corpos d'água: prevenção, geração e tratamento de lixiviados de aterros sanitários**. ABES, Florianópolis – SC, 2006.

DAHER, C. E.; SILVA, E. P. S.; FONSECA, A. P. **Logística reversa: oportunidade para redução de custos através do gerenciamento da cadeia integrada de valor**. Disponível em: < http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12550/1/ARTIGO_LogisticaReversaOportunidade.pdf> Acesso em: 07set. 2018.

DIAS, J. A.; SALGADO, M.G. **Manual do Procurador Público. Programa Lixo e Cidadania: criança no lixo nunca mais**. Procuradoria geral da República. Brasília, 999.

FLEISCHMANN, M. **Quantitative models for reverse logistics**; Lecture notes in economics and mathematical systems; 501. Berlim, Germany: Springer, 2001.

GIUSTINA, Adeline Della. **O Processo de Expedição de um Centro de Distribuição de Produtos Acabados**. Medianeira: Curso de Engenharia de Produção, 2013. 22 p.

GRIFFIN, A. Product development cycle time for business-to-business products. **Ind. Mark. Manag.**, v. 31, p. 291–304, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. **Manual Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos**. Rio de Janeiro, 2001.

LACERDA, L. **Logística Reversa**: Uma visão sobre os conceitos básicos e as práticas operacionais. In: <http://www.ecodesenvolvimento.org/biblioteca/artigos/logistica-reversa-uma-visao-sobre-os-conceitos>, 2002. Acesso em 08 set. 2018.

LEITE, P. R. **Logística reversa**: meio ambiente e competitividade. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

LO, W. S.; MINH, N. X. Seafood-Exporter Logistics Activities and Services – an International Cooperation between Taiwan and Vietnam. **Magazine IEEE/IET Electronic Library (IEL)**, VDE VERLAG Conference Proceedings, 2010.

KUMMER, M. J. **Gestão do Patrimônio Público e Logística**, p. 144 – 145. In: FONSECA, L. S.; TEDESCHI, G.; KRUMMER, M. J. Apostila do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2010.

MAROUN, C. A. **Manual de Gerenciamento de Resíduos**: Guia de Procedimento Passo a Passo. Rio de Janeiro: GMA, 2006.

MARQUES, J. R. **Meio Ambiente Urbano**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2005.

NOVAES, A. G. **Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição**. São Paulo: Elsevier, 2007.

NOVAES, W. **O Problema do Lixo no Mundo**. Disponível em: <http://www.clickmacae.com.br/clubedarvoredemacae>. Acesso em 13 out. 2018.

NUNES, M. L. **Metodologias de desenvolvimento de novos produtos industriais**. PhD Thesis. Universidade do Minho, 2004.

OSTLIN, J.; SUNDIN, E.; BJORKMAN, M.; Importance of closed-loop supply chain relationships for product remanufacturing. **International Journal of Production Economics**, v. 115, n. 2, p. 336-348, 2008.

PEREIRA, A. L; TADEU, Hugo. F. Braga; **Logística reversa e sustentabilidade**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

PONTE, F. **Estratégias políticas de desfazimento de resíduos eletroeletrônicos na Universidade Federal do Ceará**. 2017. Tese (Mestrado em avaliação de políticas públicas) – Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

REPUBLIC OF THE PHILIPPINES/DENR – Department of environment and Natural Resources. **Solid waste Management: module for schools**. Quezon city: Department of Environment and Natural Resources, 2005.

RODRIGUES, D. F; RODRIGUES, G. G.; LEAL, J. E.; PIZZOLATO, N. D. **Logística Reversa – conceitos e componentes do sistema**. In: **Encontro Nacional de Engenharia de Produção**, 22. Curitiba – PR, 2002. Anais Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2002_TR11_0543.pdf. Acesso em: 02 set. 2018.

ROGERS, Dale S., TIBBEN. LEMBKE, Ronald S. **Going Backwards: Reverse Logistics Trends and Practices**. Reno, University of Nevada: 1999.

ROTH, B. W. **Tópicos em educação ambiental**. Santa Maria: Pallotti, 1996.

SANTOS, Luciana de A. Araújo; BOTINHA, R. Alves; LEAL, E. Araújo. **A contribuição da logística reversa de pneumáticos para a sustentabilidade ambiental**. In: VII congresso virtual de administração. Disponível em: Acesso em: 07 set. 2018.

SILVA, J. P. M. A. **Automatic and intelligent integration of manufacture standardized specifications to support product life cycle - an ontology based methodology**. 2009. Tese (Doutorado em Tecnologia da Produção) – Departamento de Engenharia Mecânica, Universidade do Ninho, Guimarães, 2009.

STOCK, J. R; LAMBERT, D. M. Becoming a World Class Company with Logistics Service Quality. **Internacional Journal of Logistics Management**, v. 3, n. 7, 1992, p. 73-81.

TADEU, Hugo. F. Braga; BOECHAT Cláudio Bruzzi; PEREIRA André Luiz. **Logística Reversa e Sustentabilidade**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Manual de gestão patrimonial 2016**. Fortaleza, 2016.

VALLE, C. E. **Qualidade Ambiental**: como ser competitivo protegendo o meio ambiente. São Paulo: Pioneira, 1995.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

VIEIRA, K. N., SOARES, T. O. R., SOARES, L. R. A logística reversa do lixo tecnológico: um estudo sobre projeto de coleta de lâmpadas, pilhas e baterias da Braskem. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 3, p. 120-136, 2009.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. p. 24.

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS**QUESTIONÁRIO****A - PERFIL DO ENTREVISTADO****1 Cargo:**

Servidor Bolsista Estagiário Terceirizado

Divisão/Unidade em que trabalha: Divisão de Patrimônio

2 Faixa Etária:

Até 19 anos 25 – 29 anos 35 – 39 anos 45 – 49 anos

20 – 24 anos 30 – 34 anos 40 – 44 anos Acima de 50 anos

3 Sexo:

Feminino Masculino

4 Há quanto tempo trabalha na instituição?

Há menos de 1 ano Entre 5 e 9 anos Entre 15 e 19 anos

Entre 1 e 4 anos Entre 10 e 14 anos Há mais de 20 anos

5 Nível de escolaridade:

Fundamental Médio Técnico

Graduação Graduação em andamento Curso: Contabilidade

Especialização Especialização em andamento Área: Auditoria

Mestrado Mestrado em andamento Área: _____

Doutorado Doutorado em andamento Área: _____

APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA

- 1) Qual a principal função do seu setor na instituição?
- 2) Existe uma comissão para se responsabilizar pelo desfazimento de bens móveis?
- 3) Esta comissão é instituída como?
- 4) Quais os tipos de bens inservíveis na instituição?
- 5) Há algum planejamento e quais são as etapas deste planejamento para a execução do processo?
- 6) Na sua visão quais benefícios trazidos a instituição?
- 7) Tem alguma dificuldade com relação ao gerenciamento dos bens inservíveis desta instituição?
- 8) Como é realizada as etapas do processo de leilão?
- 9) Quais as etapas do processo de doação?
- 10) Qual a estratégia mais utilizada no caso da instituição?
- 11) Como é feita a solicitação de recolhimento?
- 12) Quais os materiais recebidos pela instituição?

ANEXO A – GUIA DE TRÂNSITO DE MATERIAIS

	<h2>GUIA DE TRÂNSITO DE MATERIAL</h2>	<p>Código:</p> <p>PRO PLA D010</p>
---	---------------------------------------	---

ATENÇÃO:

- i. Deve ser utilizado quando da saída dos bens móveis para serviços externos;
- ii. É necessária sua emissão, contendo as especificações completas dos mesmos e da pessoa ou setor que utilizará o bem;
- iii. Deve ser emitida em 2 (duas) vias, uma para controle do responsável, e outra do usuário do equipamento inclusive para trânsito nos prédios;
- iv. Caso haja perda, quebra por mau uso, ou outras eventualidades deverá ser aberto processo ou TCA (Termo Circunstanciado Administrativo), conforme o caso, para apurar responsabilidade funcional ou civil.

SETOR:	
LOCAL:	
ENDEREÇO:	
FONE/E-MAIL:	

N.º DE TOMBAMENTO	ESPECIFICAÇÃO	ACESSÓRIOS

Fortaleza, de de

(Assinatura e carimbo da Autoridade Superior)

ANEXO B – SOLICITAÇÃO DE RECOLHIMENTO

	<h2>SOLICITAÇÃO DE RECOLHIMENTO</h2>	Código: PROP LAD0 10
---	--------------------------------------	---

Eu, _____, SIAPE _____, solicito o recolhimento dos bens abaixo Descritos pela divisão de patrimônio. Concordo que, uma vez recolhidos, os bens ficam à Disposição à disposição da Universidade Federal do Ceará.

SETOR:	
LOCAL:	
ENDEREÇO:	
FONE/E-MAIL:	

Quant.	Descrição do Bem	Nº da Plaqueta	Local Específico

Fortaleza, de de

(Assinatura e carimbo da Autoridade Superior)

ANEXO C – TERMO DE ATESTO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

	<h2>TERMO DE ATESTO DE RECEBIMENTO</h2>	Código: PROPLAD063

Em cumprimento ao Inciso III, § 2º do art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e art. 36 de Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, **ATESTO** que os Bens e/ou Serviços constantes na NOTA FISCAL nº _____ da _____ empresa _____ CNPJ _____, datada de ____/____/____, no valor de R\$ _____ (_____), foram recebidos e/ou prestados e aceitos, em conformidade com a Nota de Empenho nº _____ e/ou o Contrato nº _____.

No caso de serviços com emprego de materiais:

() Declaro ainda que os materiais constantes na referida nota fiscal foram efetivamente aplicados nos serviços prestados e que seus respectivos valores de cobrança estão de acordo com os constantes nas tabelas SINAPI e/ou SEINFRA.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
DADOS DO CONTRATO	Nº do Processo:	Nº do Cronograma:	Vigência:
	Objeto:		
DADOS BANCÁRIOS DA CONTRATADA	Banco:	Agência:	Conta Corrente:
DADOS DA NOTA FISCAL	Vencimento (se houver):	Período dos Serviços Prestados:	
	Nº CEI:	Retenção (para verificação de penalidade):	
	Glosa (R\$):	% de Glosa:	Multa (R\$):

NOME DO GESTOR/FISCAL DO CONTRATO:	SIAPE:
ASSINATURA DO GESTOR/FISCAL DO CONTRATO:	